

## OS PARDOS NA PEDAGOGIA LIBERAL-MODERADA MINEIRA DO PERÍODO REGENCIAL

PROF. WLAMIR SILVA

DOUTOR EM HISTÓRIA SOCIAL (UFRJ)

PROFESSOR ADJUNTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL –REI (UFSJ)

Minas Gerais, a maior Província escravista do Império tinha, também, um enorme contingente de mestiços, comumente nomeados de pardos<sup>1</sup>. Estes eram oriundos da escravidão diretamente ou por algumas gerações; na economia de abastecimento, esses pardos não eram uma massa de marginalizados, estavam presentes em diversas ocupações e tinham diversas relações com a propriedade<sup>2</sup>.

A escravidão e a miscigenação, e também as formas de integração à sociedade dos mestiços, foram questões pungentes para as elites políticas do Império. Para José Bonifácio seria uma “amalgamação muito difícil [...] a liga de tanto material heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios, etc., em um corpo sólido e político”<sup>3</sup>. A relação desproporcional de raças e etnias foi também presente às classes dominantes, percebendo em sua experiência cotidiana a matéria explosiva desse amálgama em sua conformação na economia colonial<sup>4</sup>.

A sociedade mineradora do século XVIII, foi pródiga na concessão de alforrias. A prática da manumissão era, em boa parte, uma estratégia de viabilização da própria escravidão, evitando a revolta e estimulando o trabalho. A médio e longo prazos, porém, criavam uma sociedade complexa. Para Laura Mello e Souza: “Alforrias e coartações tinham duas faces [...]. Para os poderes estabelecidos, alforriar e coartar significava pôr água na fervura, aplacar ódios e ressentimentos, arrefecer ânimos revoltosos; mas também significava propiciar o aumento do contingente livre e de cor, sempre temido porque considerado virtualmente perigoso.”<sup>5</sup>

A partir de fins do século XVIII, ocorreu um crescimento paulatino da população parda na sociedade brasileira<sup>6</sup>. A emergência dessa massa de pardos, designação costumeira dos libertos, originou-se, porém, num processo conflituoso. Há que se considerar as condições impostas nas alforrias, como as coartações<sup>7</sup>, e o estigma da escravidão, fortemente alinhado com a sociedade de

---

<sup>1</sup> Os pardos são em geral homens livres, ou forros, mas podemos encontrar também escravos designados como pardos ou cabras, ver *Estrella Mariannense*, Mariana, nº36 - 13/1/1831.

<sup>2</sup> Ver SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Tese de Doutorado, 2002, 1º capítulo.

<sup>3</sup> Apud MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema. Rio de Janeiro, ACESS, 1994, p. 81.

<sup>4</sup> Ver DIAS, Maria Odila da Silva. A Interiorização da Metrópole. In: Motta, Carlos G. (org.) *1822- Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1986, 2ª ed. p. 175, e RIBEIRO, Gladys Sabina. A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro reinado. Rio de Janeiro, Relume Dumará : FAPERJ, 2002.

<sup>5</sup> SOUZA, Laura de Mello e. Norma e Conflito. Belo Horizonte, UFMG, 1999, p. 168.

<sup>6</sup> FERRAZ, Socorro, *Liberais & Liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX*. Recife, UFPE, 1996, pp. 37-42.

<sup>7</sup> As alforrias eram, freqüentemente, condicionadas, com o compromisso de prestação de serviços após a formal liberdade, por exemplo, até a morte do senhor ou a idade adulta, ou morte dos filhos daquele. A coartação era o pagamento em prestações da alforria. Não raramente as alforrias eram ignoradas pelos herdeiros e a quebra de quaisquer condições acordadas impunham a reescravização. Ver REIS, Liana Maria & BOTELHO, Angela Vianna. *Dicionário Histórico – Brasil : Colônia e Império*. Belo Horizonte, Dimensão, 1998, p. 10-11.

pretensões aristocráticas e o poder metropolitano e absoluto. É precisa a observação de Laura Mello e Souza de que se as alforrias foram “conquistas de uma massa anônima de agentes históricos”, foram também um “caminho, talvez apertado e tortuoso” de atingir a liberdade<sup>8</sup>. Vencida a escravidão, restava a marca servil por gerações: “Contradições entre o ser e o parecer, entre valores da honra e os do distrito, entre a posse de lavras, terras e a atividade mercantil, entre a liberdade institucional que o escravo obtinha quando comprava sua alforria e a cor negra da pele que, indelével, impedia-o de viver plenamente a sociabilidade.”<sup>9</sup> A atitude desses indivíduos marcados pelo estigma racial e, em geral, não sendo parte das camadas mais abastadas, na conjuntura turbulenta da Regência seria uma questão crucial. Os riscos do confronto social e racial, como da mobilização em torno de soluções políticas mais radicais, era real e podia ser iminente<sup>10</sup>.

Esses riscos não escapariam à elite moderada mineira, mas o quadro da Província era diverso. Na Província, a massa de pardos era socialmente integrada e dispersa pelas vilas e arraiais. O enorme contingente de mestiços, ou pardos, na sociedade mineira, assim como a complexidade que marcava a participação desses indivíduos na malha social, é que se punha como questão para as lideranças moderadas. Por outro lado, o esforços desses liberais em conquistar os pardos ia, certamente, ao encontro das expectativas desses em afirmar-se socialmente. A cultura liberal e nacional oferecia aos pardos uma dimensão de integração social. Essa possibilidade era, no entanto, a de buscar o pertencimento à sociedade branca<sup>11</sup>.

Restava, porém, a tendência hierarquizadora da sociedade escravista e de sua economia colonial, em que a origem escrava iria designar, mais que a cor, o lugar social do pardo<sup>12</sup>. Nas Minas Gerais havia uma forte tradição de hierarquia social racial ou étnica, irmandades de pretos e pardos, igrejas, papéis em cerimônias religiosas etc., constituindo uma poderosa herança hierárquica, como mostra Affonso Ávila: “essa estrutura hierarquizada era uma estrutura escalonada por padrões de epiderme ou cor de pele, com a coloração determinando os valores simbólicos ou as formas de re-

<sup>8</sup> SOUZA, Laura de Mello e. Norma e Conflito, op. cit., p. 168.

<sup>9</sup> Laura de Mello e Souza, em prefácio à SILVEIRA, Marco Antônio. O Universo do Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808). São Paulo, Hucitec, 1997, p. 14.

<sup>10</sup> O militar mercenário alemão Carl Seidler deixou-nos um relato impressionante das ruas do Rio de Janeiro por ocasião do 7 de Abril: “... um bando de mulatos a percorrer de noite as ruas da capital aos gritos de ‘Viva a liberdade americana’ (sic) e mesmo de ‘viva a república!’ (sic). Armados de cacetes e facas, às vezes em magotes de 30 a 50 indivíduos, zombavam das ameaças da polícia medrosa a qual, além disso tinha ordem de não empregar violência prematura. Ninguém mais de noite estava seguro da vida e da honra nas ruas; o primeiro Cidadão pacífico pacatamente a caminho da sua casa era cercado pelos facínoras, que de cacetes erguidos e facas desembainhadas lhe perguntavam: ‘quem viva?’ (sic). Ai de quem respondesse: ‘D. Pedro I’. O infeliz seria incontinenti morto.”

<sup>11</sup> “As significações, que até então [segunda metade do século XIX] se atribuíam à palavra ‘pardo’, marcavam um lugar social, caracterizado como exceção, numa sociedade racialmente estratificada. Identificava a ascendência cativa entre os homens livres, nascidos no Brasil, como também a ascendência ‘branca’ (livre) entre os escravos crioulos. É fato conhecido que, desde o período colonial, qualquer perspectiva de ascensão social passava por um processo individual de branqueamento.” In: MATTOS, Hebe Maria, Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, séc. XIX. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p. 361. Mattos observa o sumiço da cor, enquanto registro, como “um signo de cidadania na sociedade imperial”, guardadas as diferenças, a autora trata de processos judiciais, observamos uma oposição entre a inexistência e a afirmação de uma referência racial, cf. pp. 98-99.

apresentação social, como no caso das invocações e associações religiosas”<sup>13</sup>. Essa hierarquia social penetraria o século XIX e o período regencial. A independência e o invólucro liberal do novo Estado conviveriam com o sentimento aristocrático construído pela interação entre a economia colonial e o antigo regime. O proprietário de terras e escravos em Minas Gerais, Francisco de Paula Ferreira de Rezende, que vivera o período regencial em sua infância, resumiria esse “sentimento”:

“...Quando me conheci por gente, ou nos primeiros tempos de nossa vida independente, [era] inteiramente aristocrático o sentimento que dominava [...] As diversas raças nunca se confundiam; mas que muito pelo em vez disso, cada raça e cada uma das suas classes nunca deixavam de mais ou menos manter e de conhecer seu lugar; porque em todas havia gradações; e os limites que as estabeleciam (...) três seguintes classes - a dos brancos e sobretudo daqueles que por sua posição constituíam o que se costuma chamar a boa sociedade; a do povo mais ou menos miúdo; e finalmente a dos escravos”<sup>14</sup>.

De que forma essas tensões seriam absorvidas pela sociedade e o Estado brasileiros, para além da violência que, é claro, não poderia reduzir uma população tão significativa? Em parte essa questão pode ser respondida a partir da preservação de características da sociedade colonial e do Estado ibérico. No conjunto dessas abordagens, em sua valorização unilateral do Estado ibérico ou do mandonismo local, e no que aqui nos interessa, a lógica de acomodação dessas tensões estaria no patrimonialismo, nas relações de trocas e favores, ou no clientelismo<sup>15</sup>. Num certo sentido, seria a extensão do “pacto paternalista”<sup>16</sup> escravista aos libertos e seus descendentes. As revoltas regenciais nos demonstram que o clientelismo não era suficiente para o controle da massa de pobres livres, uma vez que o mesmo existia em áreas que se convulsionaram. Mesmo Richard Graham, paladino da lógica clientelista, como “a trama de ligação da política no Brasil do século XIX”, admitia que “embora os ricos e respeitáveis buscassem deferência dos pobres, nem sempre conseguiam obtê-la”<sup>17</sup>.

Num quadro hierárquico racial relativamente rígido, em que o “bloqueio racial” seria transgredido apenas de forma circunstancial e episódica, poder-se-ia pensar na polarização entre “o partido dos brancos” e o “partido dos mestiços”<sup>18</sup>. Com a difusão de princípios liberais e a conseqüente destruição das bases ideológicas e simbólicas do Antigo Regime, além do ambiente tenso das conjunturas de ruptura, as tensões raciais deviam ser reordenadas.

---

<sup>12</sup> Ibidem, p. 361.

<sup>13</sup> ÁVILA, Affonso. As Minas Gerais: condicionantes de um processo urbano-cultural. In: O Lúdico e as Projeções do Barroco II. São Paulo, Perspectiva, 1994, p. 36.

<sup>14</sup> RESENDE, Francisco de Paula Ferreira de Minas Recordações. Belo Horizonte : Itatiaia: São Paulo : EDUSP, 1988 p.176

<sup>15</sup> Para Raymundo Faoro, “o patrimonialismo pessoal se transforma em patrimonialismo estatal”, ver Raimundo. 1976, t.2, pp.733 e 736. Para uma análise dessas linhas interpretativas e suas diferenças, ver SILVA, Wlamir. Desafiando o Leviatã : sociedade e elites políticas em interpretações do estado imperial brasileiro. In: Revista Vertentes. São João del Rei, FUNREI, nº 11, jan/jun 1998.

<sup>16</sup> REIS, João José. Negociação e Conflito, op. cit, p. 93.

<sup>17</sup> GRAHAM, Richard. Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997, p. 15 e 57.

<sup>18</sup> ÁVILA, Affonso. As Minas Gerais: condicionantes de um processo urbano-cultural, op. cit., p. 37.

A Província de Minas teria uma realidade própria nesse contexto. A complexidade racial da Província, com seu contingente de pardos e forros confundindo-se com o leque de atividades e profissões, teria reflexos no comportamento daquela sociedade. Tal diversidade implicou o ânimo da população livre pobre, tanto em seu viver cotidiano, como na sua percepção e relação com o poder<sup>19</sup>. A interação dessa sociedade peculiar com a nova conjuntura política era percebida pela elite política moderada: “A diversidade de elementos que compõem a população, a heterogeneidade das raças, os prejuízos e as antipatias habilmente desenvolvidas pelos inimigos da pública prosperidade desenvolvendo o gérmen das dissensões civis, ...”<sup>20</sup>. Em Minas os pardos eram muitos e dispersos em vários ambientes e situações sociais, não estavam reduzidos à marginalidade ou mesmo ao empobrecimento. Sobretudo eram, já o dissemos, integrados à economia mineira. Para o reverendo Walsh, em viagem a Minas no Primeiro Reinado:

“Trata-se, de um modo geral, de pessoas industriosas e de boa conduta, que pertencem indiscriminadamente a diversas camadas da sociedade. Há entre eles mercadores, fazendeiros, médicos, advogados, sacerdotes e militares de várias patentes. Qualquer cidade do interior, de tamanho razoável, possui um regimento composto deles, e eu vi em Vila Rica duas unidades, uma composta de quatro companhias de negros livres, a outra de sete companhias de mulatos. As vantagens que isso tem trazido estão predispondo bastante os brancos a considerarem o quanto é justo e necessário que se faça uma gradativa amalgamação com o resto da população livre do país, abolindo para sempre esse ultraje às leis de Deus e do homem que é a condição de escravo.”<sup>21</sup>

Socialmente importantes, economicamente integrados, e largamente disseminados em vários estratos sociais, os pardos seriam um fator importante para o estabelecimento de um consenso social na Província. Com a Regência, seria travada uma renhida disputa pelos pardos.

Como estratégia de conquista, os absolutistas espalharam um boato: os moderados desejavam escravizar os pardos<sup>22</sup>. O boato foi ridicularizado nos círculos moderados. Um correspondente do *Universal*, chamado de *O Cidadão de S. Rita*, criticava os que chegavam “a ponto de suporem que se pretende cativar os homens de cor. Que absurdo, Sr. Redator! Que toleirões! Quem come esta, é capaz de engolir um burro inteiro!!!”<sup>23</sup>. Ao que parece, o boato não souu absurdo à socieda-

---

<sup>19</sup> Basílio Teixeira de Saavedra, em sua “Informação da Capitania de Minas Gerais”, de 30 de março de 1805, indicava algumas preocupações desta elite ilustrada lusa: “quisera, que uma Lei proibisse aos mulatos a sucessão legítima aos brancos, e que aqueles à maneira dos espúrios só obtivessem alimentos”; “e principalmente proibir que uns pretos possam ter outros em escravidão, nem uns muitos a outros mulatos, e menos que mulatos sejam escravos de negros”. Citado em SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do Indistinto*, op. cit., p. 74.

<sup>20</sup> *O Universal*, Ouro Preto, nº801 - 14/09/1832.

<sup>21</sup> WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1985, volume 2, p. 169.

<sup>22</sup> A origem do boato estaria em 1822, atribuído ao Governo Provisório, conforme o *O Universal*, Ouro Preto, nº 570 - 16/03/1831. Também o *Pregoeiro Constitucional* situava o fato em 1822, atribuindo-o ao Bispo: Bispo telegráfico pregava mesma doutrina que em 1822 “...que os por ele denominados Republicanos querem cativar os pardos!”, ver *Pregoeiro Constitucional*, Pouso Alegre, nº57 - 9/4/1831. “Foi acusado perante o Júri um Periódico Caramuru intitulado - *Tareco Militar* - aonde se concitavam os homens de cor, por meio da sedição intriga do cativo dos pardos. Esta calúnia foi sempre perniciosa à Sociedade pelos funestos resultados, que se têm seguido, e que ainda se podem seguir [,] por tanto o Júri declarou com criminalidade o artigo do Tareco: o seu autor acha-se preso, e deve sofrer a pena”, *O Novo Argos*, Ouro Preto, nº192 - 21/12/1833.

<sup>23</sup> *O Universal*, Ouro Preto, nº693 - 04/02/1832.

de mineira, causando um real temor àqueles que carregavam de tão próximo no tempo experiência da escravidão. Os limites entre a recente liberdade e o cativo eram tênues. No *Universal*, em abril de 1832, um anúncio mostrava que a idéia não era tão impossível.

“Da Vila de S. Carlos de Jacuhi saiu em novembro de 1829 um rapaz de nome João José, pardo trigueiro, muito vivo, de idade de 14 anos mais ou menos, e acompanhou por camarada a Bonifácio Justino Alves, que conduzia uma porcada para o Rio de Janeiro; ambos eram moradores na mesma Vila de Jacuhi, constando que o sobredito João José se acha vendido, sendo livre, e filho de Rita Pedrosa sua Mãe roga a quem dele souber, queira anunciar pela folhas para ser procurado.”<sup>24</sup>

O boato teve, portanto, um impacto significativo sobre os pardos da Província. Segundo a *Estrela Marianense*, de 25 de maio de 1831, um pardo morrera por acidente com arma, preparando-se para lutar contra a escravização<sup>25</sup>. Esses adversários da hegemonia moderada manipulavam os sentimentos de inferioridade racial e tentavam esfumar a construção da identidade do escravo pela pedagogia moderada, confundindo pardos e escravos. Os moderados, por sua vez, buscariam reverter o quadro, advogando a identidade dos interesses dos pardos com o projeto liberal. Buscava-se demonstrar que a hierarquia racial era atributo do regime anterior e que eram os absolutistas que estigmatizavam os pardos, ou cabras, discriminavam-nos e atacavam-nos<sup>26</sup>.

“O desprezo desses prejuízos de diversidade de cores não existe entre nós; os homens são escolhidos pelas suas qualidades morais, e não só pelas acidentais. Outros há que têm dado provas de seu ódio, de seu rancor a essa classe de Cidadãos. Não eram os Liberais os que quando se cantava o Hino Nacional invertiam o - *Brava Gente Brasileira* - mandando cantar - *Cabra Gente Brasileira*. - Não foram os Liberais os que fizeram passar do Corpo da Armada para o Estado Maior um Cidadão Militar, digno de estima e consideração a todos os respeitos, só pelo fútil motivo da diversidade da cor. Foi o nosso Governo que praticou tão ignominiosa ação, e entretanto ninguém disse que ele queria cativar os pardos.”<sup>27</sup>

Não é demais observar que, na lógica exposta, a escravidão não poderia ser uma circunstância, de forma que a afirmação do potencial dos pardos era, também, a reafirmação da condição do escravo; apenas aos pardos era reconhecida a faculdade de possuir “qualidades morais”. Reconheceram também os moderados a importância dos pardos.

“Quem deseja chegar a um fim busca para isso os meios necessários, e se não os tem, encaixa no meio da empresa. Ora que meios teriam os Liberais supondo-se (caso sempre negado) que eles quisessem reduzir os pardos a cativo? Estes formam uma classe assaz numerosa entre nós, e que ocupa principalmente as fileiras dos nossos defensores: um só deles não se

<sup>24</sup> Ibidem, nº731 - 02/04/1832.

<sup>25</sup> *Estrela Marianense*, Mariana, nº53 - 21/5/1831.

<sup>26</sup> *O Novo Argos*, Ouro Preto, nº76 - 28/04/1831, e *O Universal*, Ouro Preto, nº578 - 06/04/1831. Em conflitos ocorridos na cidade de Mariana teria sido atacada a casa de um pardo, pelo motivo da cor, cf. *O Universal*, nº578 - 06/04/1831.

<sup>27</sup> *O Liberalão*, em correspondência ao *Universal*, imputava aos telegráficos os insultos aos pardos, “de bode, cabrito, negro”: “Os pardos ainda não acharam um só insulto feito pelos Periódicos Liberais; pelo contrário os Liberais são os únicos, que pregam que todos são iguais perante a lei; que tanto o Pardo, como o crioulo estão nas circunstâncias de ocuparem todos os lugares no Império; cuja linguagem é oposta aos sentimentos dos Telegráficos, que não tendo mérito algum, enchem as bochechas, e dizem ufanos - *nós somos brancos* - não somos bodes, como vós outros liberais.”, cf. *O Universal*, Ouro Preto, nº570 - 16/03/1831.

sujeitava espontaneamente ao cativo, e à força quem poderia reduzi-los? Senhores da força armada bateriam eles contra si mesmos?”<sup>28</sup>

Ainda uma vez devemos destacar a sutil afirmação da identidade escrava. Os moderados destacavam a aversão dos pardos ao cativo, ao qual, por contraste, os escravos se submetiam, num silogismo que nos lembra a famosa distinção escolar entre a adaptação do negro à escravidão e o índio indômito. Além do seu número expressivo e de sua importância política, posto que já se batiam pelo projeto liberal, os pardos não se submetiam à escravidão por índole. A “classe” dos pardos não admitiriam este, e não o outro, “ignomioso cativo”.

“E onde se iriam buscar *esses puritanos* capazes de reduzir à escravidão tantos homens livres, que mais depressa acabariam, do que sujeitar-se-iam a um ignomioso cativo? Parece que esta só reflexão basta a convencer que ninguém tenta semelhante absurdo, e que ainda quando tentasse, o resultado seria a vitória certa dessa classe que se ameaça com perseguições, infundamentadas, e que mais depressa podia reduzir os *puritanos* a cativo, do que sujeitarem-se a ele.”<sup>29</sup>

A pedagogia moderada propunha um novo critério para a distinção social: a instrução e a própria consciência liberal. Ser livre e socialmente relevante era ser liberal, e moderado. Os moderados ofereciam um novo código de reconhecimento social, em troca da construção da participação da “classe” dos pardos em seu projeto de hegemonia. Mais que uma relação de apoios mútuos, afirmava-se a identidade entre moderados e pardos. Para *O Liberalão*, missivista do *Universal*, a “maior parte dos liberais de Minas é de pardos”<sup>30</sup>: “Olhemos ainda para a instrução que tem essa classe, e convencer-nos-emos de que ela seria outro obstáculo ainda mais forte para a sua dominação arbitrária; quem conheceu uma vez os direitos de Cidadão, jamais os quererá perder...”<sup>31</sup>. Reconhecendo os anseios dos pardos, no âmbito das tensões raciais, os moderados interpretavam anseios presentes na sociedade mineira, contemplando um grupo social que se constituía, de fato, historicamente, no entrelaçamento entre raça e condição social. A cultura liberal e nacional criava um espaço novo de ruptura com o estigma da escravidão e a discriminação<sup>32</sup>.

A *Estrela Marianense* zombava da possibilidade da escravização dos pardos e procurava demonstrar o quanto os mesmos avançaram nos cargos públicos, inclusive eletivos, graças aos seus talentos e “viveza”<sup>33</sup>, ou seja, desenhando uma nova identidade para os pardos, centrada em sua capacidade, talento e, note-se, atividade pública, ou política. É claro que os pardos citados estariam no Partido Moderado; era no âmbito da moderação que eles dariam os retoques finais em sua ima-

---

<sup>28</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>29</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>30</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>31</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>32</sup> “Perder o estigma do cativo era deixar de ser reconhecido não só como liberto (categoria necessariamente provisória), mas como “preto” ou “negro”, até então sinônimos de escravo ou ex-escravo e, portanto, referentes a seu caráter de não-cidadãos”. CASTRO, Hebe Maria M. de. Os últimos cativos: Domínios privados e direitos civis no Brasil oitocentista. In: Revista de História. Nº 6, 1996 – X Encontro Regional de História da ANPUH-MG.

<sup>33</sup> *Estrela Mariannense*, Mariana, nº44 - 15/3/1831.

gem. Em contrapartida a *Estrela* atribuía aos pasquins absolutistas de Mariana, “semelhantes ao Telégrafo”, a discriminação dos pardos, ao “insultar o Júri do Ouro Preto porque contém muitos pardos, e para insultar o benemérito cidadão Nogueira apontando para o seu nome com uma mão preta, para chamar negro ao padre Brasiel, referir exemplos seria um nunca acabar.”<sup>34</sup>

Como complemento da construção da identidade dos pardos moderados, os liberais buscariam também construir uma identidade entre o elemento escravo e o absolutismo, o encontro dos dois “cativeiros”. Se ser pardo era ser livre e liberal, e nisso devia consistir sua distinção, era lógico que seus antagonistas eram os escravos e os absolutistas. Num só movimento de classificação simbólica, o liberalismo-moderado lograva afastar os pardos dos escravos e dos caramurus, apagando os dois rastilhos de pólvora mais perigosos da sociedade provincial.

Podemos talvez sugerir que a aproximação entre alguns elementos restauradores e escravos, nos obscuros episódios de açulamento de insurreições, estaria relacionada às dificuldades de aproximação aos pardos, lembrando-se de que as insurreições se deram, sobretudo, entre africanos, mais que entre os crioulos<sup>35</sup>, estes mais próximos à condição de pardos<sup>36</sup>. Não podemos saber a exata medida de veracidade dessas relações, ou seus objetivos, o certo é que essa idéia correu por Minas, possivelmente auxiliando a lógica moderada e por ela manipulada. Em relação ainda ao ano de 1831, o alferes Joaquim da Silva Pais, morador da Freguesia de Carrancas informava “por ouvir dizer”, que “o Imperador andou por Minas que foi com o sentido de forrar mas os senhores não quiseram e o lançaram para fora, e que apesar disso tinha deixado ordem para eles serem forros pelos Bispos, estes tinham canonizado [?] aos vigários.”<sup>37</sup>

Os pardos seriam, então, objetos de mobilização, chamados a sustentar o projeto liberal, confrontando-se com os caramurus, que não se pejariam de recorrer aos escravos africanos para os eliminar. O redator da *Sentinela do Serro* fazia, a 13 de abril de 1831, uma proclamação:

“Ouropretanos, homens de cor! vede que os telegráficos vos querem iludir... alerta! São os telegráficos, que forjaram a carta das liberdades impressa no Astro São os Telegráficos do Rio de Janeiro, que gritaram pelas ruas – morram os bodes, e os cabras – são os Telegráficos de Minas, que nos seus clubs infernais tem decretado o nosso cativeiro; e tem deliberado, que em caso de aperto, se ligarão à gente Africana para dar cabo dos cabras: alerta ! Unam-se os Brasileiros de todas as cores, que infalivelmente cantaremos o triunfo da Liberdade.”<sup>38</sup>

---

<sup>34</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>35</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Rebeldia e Resistência: as revoltas escrava na Província de Minas Gerais*. Belo Horizonte, UFMG, Dissertação de Mestrado, 1996, p. 126.

<sup>36</sup> Observamos que os libertos africanos eram tratados de forma diferenciada, quase como ainda escravos, nos aditamentos às posturas municipais.

<sup>37</sup> Apud CARDOSO, Maria Tereza Pereira. *Caramuru Somos Nós*. Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora: UFJF, v. 2, n. 1, jan. -jul. 1998. <http://www.clionet.ufjf.br/rehb>, p. 4, ver também ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Rebeldia e Resistência*, op. cit. p. 152.

<sup>38</sup> *O Universal*, Ouro Preto, nº586 - 25/04/1831.

Assim, os meios moderados seriam também meios de luta dos pardos. Em correspondência ao *Universal*, o denominado *Um Pardo* acusava a discriminação a capelães e militares pardos<sup>39</sup>. Em contrapartida, *O Astro de Minas* elogiava a escolha de um médico pardo<sup>40</sup>. Muitas lideranças moderadas eram também pardas, como José Antônio Marinho e José Custódio Dias<sup>41</sup>, e, certamente, o número de pardos se ampliava no seu conjunto de ativistas e simpatizantes. Seguiam os moderados mineiros um caminho que não era estranho à sociedade brasileira, ou às hostes da moderação. No Brasil escravista, a ruptura com a escravidão devia ser individual, pessoal. Afirmar a igualdade era distinguir-se da massa escrava. O moderado paulista Diogo Antônio Feijó via, sob esse prisma, um aspecto positivo da escravidão<sup>42</sup>.

Os pardos contemplados pela pedagogia moderada eram os socialmente integrados, os industriais e de boa conduta que constituíam a maioria, como observou Walsh, e sugere a dinâmica da economia mineira à época<sup>43</sup>. Esses eram os talentosos, instruídos e cidadãos dentre os pardos. Ao distinguir os cidadãos industriais da massa de vadios, a elite moderada não apenas delimitava a ação dos grupos integrados, de alguma forma, à sociedade civil, mas também estabelecia os parâmetros para a inclusão dos marginalizados. Comentando a criação de uma Caixa Econômica no Rio de Janeiro, *O Universal* afirmava: “os que poupam não querem revoluções, não se metem em desordens, antes auxiliam o Gov. Legal a reprimir facções [...] interessam-se pela conservação da ordem, e tem que perder nos movimentos populares...”<sup>44</sup>

Na medida em que existiam como um grupo, pois se auto-reconheciam, os eram passíveis de mobilização. O redator do *Sentinela do Serro* conclamava, no calor das “garrafadas”: “Homens de cor ! irmãos!”<sup>45</sup>. Moderados e pardos passaram, então, a se identificar na lógica da hegemonia moderada, construindo a relação de um consenso ativo<sup>46</sup>.

---

<sup>39</sup> Ibidem, nº570 -16/03/1831.

<sup>40</sup> *Astro de Minas*, São João Del Rei, nº513 - 08/03/1831.

<sup>41</sup> SOUZA, Octávio Tarquínio de. *Três Golpes de Estado*. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1988, p. 89.

<sup>42</sup> “A escravatura, que realmente tantos males acarreta para a civilização, e para a moral, criou no espírito dos brasileiros este caráter de independência, e soberania, que o observador descobre no homem livre, seja qual for o seu estado, profissão ou fortuna. Quando ele percebe desprezo ou ultraje da parte de um rico ou poderoso, desenvolve imediatamente o sentimento de igualdade; e se ele não profere, concebe ao menos no momento, este grande argumento: não sou escravo. Eis aqui, no nosso modo de pensar, a primeira causa da tranqüilidade de que goza o Brasil: *o sentimento de igualdade profundamente arraigado no coração dos Brasileiros.*” In: Diogo Antônio Feijó, no seu jornal *O Justiciero*, em 1834 Apud DOHLNIKOFF, Miriam. *A Civilização Contra a Sociedade*. In: Rumos: os caminhos do Brasil em debate – Brasil/ Portugal: O Legado Ambivalente. Publicação Comemorativa do V Centenário do Descobrimento do Brasil. Ano 1 – nº 3 – mai/ jun 99. pp. 16-17.

<sup>43</sup> Ver SILVA, Wlamir. “Liberais e Povo”, 1º capítulo..

<sup>44</sup> *O Universal*, Ouro Preto, nº780 - 27/07/1832.

<sup>45</sup> Ibidem, nº581 - 13/04/1831.

<sup>46</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, Volume 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p.83.